



SINDIJUS-MS

Servidores do Judiciário discordam de reajuste zero imposto pelo TJMS

Página 3

'EU VALORIZO OS PROFESSORES'

ACP promove campanha em defesa do Piso 20h

Página 9



ELEIÇÕES 2018: DELAÇÕES IMPLICAM PRINCIPAIS CACIQUES POLÍTICOS DE MS



Em Mato Grosso do Sul, muitos políticos foram denunciados na Lava Jato e também delatados pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, esquema que envolvia a emissão de notas fiscais frias que simulavam a venda de gado para esconder o pagamento de propina a políticos do Estado. Neste contexto, caciques políticos investigados, ou delatados, esperam a reforma política para decidirem por uma candidatura ao governo ou ao senado federal.

Páginas 6 e 7

CASSEMS - PÁG. 5

Ajuste no fator participativo a partir de 1º de agosto

NEGOCIAÇÃO - PÁG. 4

Com ressalvas, Sindetran-MS aceita reajuste salarial

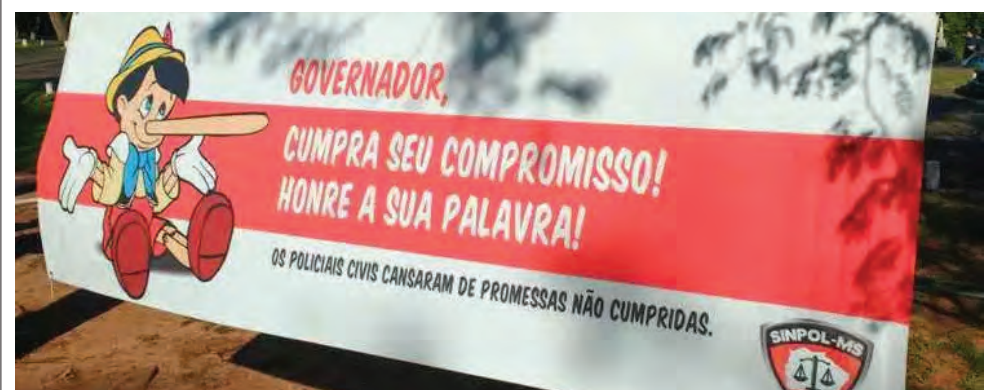
FETEMS - PÁG. 11

Professores da Rede Estadual aceitam proposta de reajuste



30 DIAS - PÁG. 10

Policiais Civis estipulam prazo para o governo cumprir lei que reajusta salários da categoria



Carta aberta à ministra Cármen Lúcia

Associação Contas Abertas

Em novembro do ano passado, o ministro Luís Roberto Barroso liberou para a pauta de julgamentos do Plenário processo sobre a legalidade do pagamento de auxílio-moradia a juízes. Desde então, a sociedade aguarda o julgamento final sobre o tema, que já custou mais de R\$ 4,5 bilhões aos combalidos cofres públicos.

O benefício de R\$ 4.377 está sendo pago a todos os magistrados do País desde setembro de 2014, quando o ministro Luiz Fux determinou o repasse por meio de liminar – decisão provisória. Por simetria, todos os membros do Ministério Público e de Tribunais de Contas também passaram a contar com o extra no contracheque.

O auxílio-moradia em questão chega a ser uma afronta à população de um país onde, entre tantos outros infortúnios, o piso salarial de um professor é metade do benefício pago aos magistrados: R\$ 2.297,00. Mesmo assim, a maioria dos municípios não paga o valor devido.

Na visão da Associação Contas Abertas, que há 12 anos trabalha no controle social



Excelentíssima Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal

de gastos públicos, nenhum pagamento pode ser feito a qualquer servidor público em caráter precário, pois, acima do interesse deste, está o interesse público. Assim, restaria preservado o Erário contra decisões liminares eventualmente equivocadas que, posteriormente, poderiam ser modificadas e trariam, como consequência, a devolução aos cofres públicos dos valores indevidos.

A entidade também entende que, apesar de ser considerada uma verba indenizatória, os beneficiários não neces-

do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

No mesmo diapasão, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional determina que são deveres de todo magistrado “não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar” e “determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais”.

Assim sendo, com base no exposto acima, a Contas Abertas representou junto ao Conselho Nacional de Justiça no sentido de agilizar a decisão definitiva sobre o tema.

sitam comprovar despesas com moradia. Assim, o valor vem sendo pago mesmo para quem mora na mesma cidade em que trabalha e, até mesmo, para quem tem residência própria. Somente não pode receber quem já utiliza um imóvel funcional cedido pelo Estado, quem não está mais na ativa ou é casado com alguém que já conta com o mesmo auxílio.

O artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal dispõe que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, a sociedade está cada vez mais atenta às decisões do Supremo Tribunal Federal, inclusive no que diz respeito às disposições sobre os recursos públicos gastos pelos três Poderes, recursos esses só possíveis porque obtidos dos impostos que cada cidadão paga. Essa sociedade sabe que cabe à Vossa Excelência agendar uma data para o julgamento e não espera menos do que uma resposta rápida para o que, a nosso ver, constitui um absurdo, qual seja, o pagamento do auxílio-moradia nas circunstâncias em que está ocorrendo.

SINDIJUS-MS e servidores públicos do Judiciário discordam de reajuste zero imposto pelo TJMS

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) tem se reunido desde o início do ano com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), acerca do reajuste salarial aos servidores. Tais reuniões têm o objetivo de alcançar aos servidores do Poder Judiciário garantias salariais em prol da categoria.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Pedido negado - Em 21 de julho, o Sindicato obteve resposta negativa do desembargador Divoncir Maranhão, presidente do TJMS, sobre a negociação salarial, informando que não será atendida qualquer pretensão de benefícios ao atual quadro financeiro do Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça alegou que estaria impedido pelos limites de gastos com o pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal. O SINDIJUS-MS discordou com a negativa do TJMS por verificar que a situação financeira do Tribunal permitiria sim o atendimento de pleitos da categoria. “O TJMS é o único órgão no Estado com reajuste zero. Esperamos que não se encerre uma trajetória de mais de 10 anos



SINDIJUS-MS discorda da negativa de reajuste do TJMS por verificar que a situação financeira do Tribunal permite sim o atendimento de pleitos da categoria

de reposições inflacionárias aos servidores. Continuaremos na busca de benefícios como o reajuste”, enfatiza Fabiano Reis, presidente do SINDIJUS-MS.

Durante Reunião Ordinária do Conselho Geral em 22 de julho, ficou acordado com a presença de 18 comarcas do Estado que seria encaminhado documento protocolado ao TJMS pedindo reconsideração, cujo texto foi aprovado pelo Conselho Geral.



O TJMS é o único órgão no Estado com reajuste zero. Esperamos que não se encerre uma trajetória de mais de 10 anos de reposições inflacionárias aos servidores. Continuaremos na busca de benefícios como o reajuste”

Fabiano Reis
Presidente do Sindijus-MS

Andamento da negociação

O Sindicato protocolou em 24 de junho o pedido de reconsideração por meio de ofício ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul referente à negociação salarial requerida pelo Sindicato aos servidores. No documento o SINDIJUS-MS destacou que em março deste ano a Administração do TJMS firmou compromisso de diminuir gastos de custeio, para repassar o resultado dessas economias aos seus

servidores, porém o Tribunal não obteve uma contenção de gastos suficiente e se recusou a fornecer dados financeiros como forma de demonstrar o impedimento ao reajuste salarial. O SINDIJUS-MS solicita também uma segunda opinião técnica financeira e buscará por meio de todas as esferas judiciais e administrativas possíveis a garantia do direito dos servidores públicos do Judiciário.

Em assembleia, Sindetran-MS aceita reajuste do governo

A condição é que o governo estabeleça um calendário de negociação da tabela do PCCR

II No sábado (22), o Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, na sede de campo, contando com a presença de dezenas de servidores de Dourados, Paranhos e outras cidades do interior e da Capital. Em votação, por unanimidade, os servidores decidiram aceitar o reajuste de 2,94%, com a condição de que o Governo do Estado estabeleça um calendário para as negociações das alterações nas tabelas do Plano de Cargos e Carreira (PCCR) do órgão.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Essa decisão não impede que o Sindetran-MS e outros sindicatos entrem com processo judicial para cobrar o valor retroativo de 2015 e 2016, que não tiveram reajuste aos servidores do Estado. “O índice proposto pelo governo é



Sindicato e funcionários do Detran-MS questionam a grande quantidade de cargos comissionados que o órgão possui

pouco e não estamos satisfeitos, mas temos que concentrar nossas forças na luta pela alteração da nossa tabela do PCCR”, explicou o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

O Emerson Tiogo explicou aos presentes que o Índice de Preço ao Consumidor (IPCA), que é usado para concessão de reajuste salarial, chegou a 4%, no último ano, mas o governo apresentou um reajuste de 2,94%, justificado pela crise financeira do País. “Se nos concentrarmos agora para aumentar esse

reajuste, conseguiríamos no máximo mais 1,04%. Um valor baixo para o desgaste e tratativas que levam tempo. Temos que nos concentrar em negociar nosso PCCR, até o final de 2017”, enfatizou Emerson Tiogo.

O Assessor Jurídico do Sindetran-MS, Hélio lembrou que o IGPM e o IPCA, índices que compõem o reajuste estão decrescendo a cada mês. “Com o passar do tempo a situação piora. Hoje com a recomposição inflacionária já não há ganho salarial”, comentou Hélio.

Marcelo ressaltou que na última assembleia, a proposta do governo era reajuste zero. “Hoje temos um índice baixo, não estamos satisfeitos, mas temos que nos dedicar às negociações

das tabelas e para isso estamos estabelecendo um prazo até o final de agosto para que o governo nos apresente uma proposta, quanto as nossas tabelas”, explicou Marcelo.

PRODUTIVIDADE

Os servidores presentes na assembleia se manifestaram pedindo atuação do Sindetran-MS frente a algumas dificuldades. Entres as mais citadas estava a grande quantidade de cargos comissionados que o órgão possui. “Somos um cabide de comissionados. Muitos políticos do Estado colocam seus apadrinhados em cargos no Detran. Inclusive de chefia, pessoas sem preparação nenhuma”, comentou uma servidora, que preferiu ficar anônima.

Outro questionamento dos servidores foi quanto à análise dos cálculos de produtividades. Segundo o secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves, o Dieese ainda não terminou o parecer sobre a produtividade, mas adiantou que os cálculos são realizados de maneiras diferentes a cada quadrimestre. “Não há um padrão nos cálculos da produtividade. As tabelas são feitas corretamente no Detran, mas quando encaminhadas para a SAD, esta manipula os valores conforme deseja. Entendemos que a produtividade está sendo usada para manipular os servidores”, criticou Bruno, que ainda disse que assim que o parecer do Dieese estiver pronto, a produtividade será um ponto de batalha do Sindetran-MS.

MAIS SERVIDORES PARA A LUTA

Mesmo com a aceitação do reajuste proposto pelo governo, a diretoria do Sindetran-MS fez questão de lembrar a todos os presentes que ainda haverá muita luta. “Teremos um calendário de manifestações, não descartamos paralisações. Neste momento estamos focado na negociação da nossa tabela, que foi prometida ao fim na nossa última greve. Estamos procurando negociar com o governo, mas não vamos descartar mais ações”, enfatizou Sakai.

Para isso, o Sindetran-MS ganhou um grande aporte: a colaboração e consultoria da servidora aposentada Aldeides Américo Vieira Ferreira, que foi presidente da então Associação dos Funcionários do Detran (AFD). Aldeides participou da assembleia e chamou os servidores aposentados e ativos para lutar pela categoria junto ao Sindetran-MS. “Tivemos nossos momentos de festa de confraternização e de luta. Precisamos do apoios de todos, todos que já saíram do sindicato devem voltar para nos unirmos. É nessa união que nos tornamos fortes e conseguiremos nossos direitos”, comentou Aldeides.



Hospital Cassems é referência em qualidade e segurança

II Implantado como um dos mais modernos hospitais brasileiros em sua estrutura física e com tecnologia de ponta, o Hospital Cassems de Campo Grande se destaca no cenário da saúde de Mato Grosso do Sul por sua política visionária e diferenciada que prioriza a qualidade dos serviços em saúde, a humanização do atendimento e a segurança do paciente.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Em sua estrutura, o beneficiário Cassems pode contar com amplo suporte em média e alta complexidade, nas situações de urgência e emergência. Os dois prontos-socorros, adulto e pediátrico, estão em pleno funcionamento, além de 10 salas cirúrgicas.

SERVIÇOS

O Hospital Cassems de Campo Grande conta com os seguintes serviços: cirurgia geral, cardiologia intervencionista, angiologia/cirurgia vascular, neuro clínica e cirúrgica, pneumologia, urologia, nefrologia/diálise paciente agudo, cirurgia torácica, ginecologia e obstetrícia, oncologia e serviço de sobreaviso de pronto atendimento em pediatria.

Ajuste no fator participativo a partir de 1º de agosto

O Conselho de Administração da Cassems deliberou pelo reajuste do fator participativo nas co-participações das consultas e, a partir de 1º de agosto de 2017, o valor passará de R\$ 20,00 para R\$ 22,00. O aumento de R\$ 2,00 abrangerá as co-participações nas consultas eletivas em consultório, pronto atendimento/pronto-socorro, fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, nutrição, fonoaudiologia, odontologia ou exame clínico e odontologia em emergência, sessão de acupuntura, além das sessões de estimulação elétrica transcutânea, terapia ocupacional, psicologia, nutrição e fonoaudiologia.

Em 16 anos, essa é a quarta vez que a Cas-



sems reajusta o valor do fator participativo. A decisão de aumentar a co-participação nessas modalidades leva em consideração o fato de que as consultas são realizadas de forma ocasional. Ao elevar o valor do fator participativo, evita-se o aumento da contribuição mensal do beneficiário.

CONFIANÇA

Na recente pesquisa realizada, onde a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul supera os 80% de aprovação, a cobrança do fator participativo recebe um destaque positivo. A cobrança do valor é entendida como forma importante de se manter a qualidade dos serviços da Cassems: 64% dos associados do plano se mostram favoráveis à cobrança da co-participação.

Esse índice, em 2015,

era de 56%. Isso demonstra a confiança e a segurança que os beneficiários possuem em relação ao plano e à gestão, que investe na modernização da sua rede própria, reformando, ampliando e construindo novas unidades hospitalares e odontológicas, com tecnologia de ponta e contratação dos melhores profissionais.

A Cassems entende que pequenas mudanças caminham lado a lado com grandes transformações e, para o presidente da Caixa dos Servidores, Ricardo Ayache, “isso só é possível graças à manutenção de um plano que, por mais que cresça, não se esquece de manter-se sempre sustentável e beneficiar a todos que o fazem maior. Esse é um pequeno acréscimo que irá beneficiar a todos e garantir que a Cassems não pare de crescer”, conclui.

HUMANIZAÇÃO

O acompanhamento é diferenciado e feito por uma equipe médica altamente especializada desde a internação até a alta hospitalar. Durante o período em que o paciente permanece no hospital, a equipe médica realiza reuniões com os familiares, informando e capacitando sobre as formas de tratamento adotadas.

Após a alta, os pacientes são encaminhados para o tratamento ambulatorial, no Centro de Diagnóstico, onde são acompanhados pelos mesmos médicos do corpo clínico do hospital. Quando o paciente não pode se deslocar até o ambulatório, o Serviço de Desospitalização dá suporte na continuidade do tratamento clínico em casa.

Nábila Ricalde é beneficiária da Cassems e há 30 dias acompanha de perto a evolução no tratamento de saúde do pai, José Ricardo Ricalde. Residente no município

de Caracol, interior do Estado, José Ricalde precisou utilizar os serviços do Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Cassems de Campo Grande. Nesse período que está internado, não apenas o paciente, mas toda a família tem todo o suporte necessário para enfrentar a situação e manter a serenidade. Nábila conta que já no início da internação uma junta médica conversou com a família para explicar a gravidade do caso e os procedimentos que seriam tomados nos cuidados com o patriarca da família, o que trouxe alívio e a certeza do bom atendimento.

“Que sorte que temos a Cassems. Meu pai é beneficiário desde o início e está internado há 30 dias. A condição de saúde dele era muito grave e delicada e o atendimento dado a ele e a minha família foi de muito cuidado, carinho e conforto. Nós só temos a agradecer”, disse Nábila.



Proposta de reforma política visa salvar parlamentarismo

II No grito de “salve-se quem puder”, o Congresso Nacional prepara para ser votado até agosto um projeto de reforma política capenga. Segundo especialistas a intenção é salvar a politicalha delatada na operação Lava Jato e JBS, e ainda criar um fundo de financiamento de campanha com o dinheiro do povo.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Os parlamentares também vão tentar retomar o sistema de financiamento de campanha através de doações empresariais que foi proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2015.

O debate ainda envolve o parlamentarismo como forma de governo, proposta rejeitada por muitos congressistas. Criada pela Câmara em março deste ano a comissão da reforma política não conseguiu dar celeridade ao projeto devido a mais grave crise política do Brasil que gerou um grande número de parlamentares denunciados ou presos.

A proposta de reforma política deve ser votada no Senado e na Câmara dos Deputados até setembro. Se for votada depois desse prazo, as mudanças não poderão entrar em vigor nas eleições do ano que vem, porque a Constituição Federal impede qualquer mudança no sistema eleitoral com menos de um ano.

No relatório, Vicente Cândido (PT – SP), relator da proposta, mantém a doação por pessoas físicas até o limite de 10% do rendimento declarado no Imposto de Renda. Os candidatos a cargos proporcionais (vereadores e deputados) poderiam financiar, com dinheiro do próprio bolso, até 5% da campanha de 2018. Mas isso seria proibido para os cargos majoritários (prefeito, governador, presidente e senador).

Desacreditados pela população brasileira, os parlamentares já admitem fechar a votação em torno de pontos que favoreceriam a classe política como:

SISTEMA ELEITORAL MISTO

O modo para escolher vereadores e deputados estaduais, distritais e federais. Hoje, eles são eleitos pelo sistema proporcional, em que todos os votos vão para os partidos e as coligações, e não para o candidato. O relator defende um modelo misto: metade dos parlamentares continuaria sendo eleita de forma proporcional e metade pelo voto majoritário em distritos eleitorais.

O relator explicou que o sistema eleitoral misto valeria apenas a partir de 2020 e sugeriu que, em 2018, deputados federais, estaduais e distritais ainda sejam eleitos pelo modelo proporcional. No entanto,



isso ainda não é consenso entre os parlamentares.

Outros dois temas da reforma política também dependem de análise dos deputados. Um deles é tratado na PEC 282/16, que foi aprovada no ano passado pelo Senado. O texto proíbe as coligações nas eleições proporcionais a partir de 2020 e impõe regras para que os partidos tenham acesso ao dinheiro do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na TV.

Pela proposta antes de seguir para o plenário aguarda parecer de uma comissão especial da Câmara. Somente receberá o benefício a legenda que, em 2018, garantir 2% dos votos válidos nas eleições para a Câmara em pelo menos 14 estados, com 2% de votos válidos em cada um deles. A partir de 2020, o corte sobe para 3% dos votos em 14 estados.

Denúncia desgasta Temer e reforma da Previdência sobe no telhado

Se a proposta de reforma já não tinha consenso entre os parlamentares – inclusive da base aliada – agora, diante do desgaste do governo e por exigir um quórum especial, isto é, três quintos dos parlamentares em dois turnos de discussão, a votação da emenda constitucional da reforma da Previdência perde força.



Base aliada jogou a toalha
Entre os parlamentares da base aliada, o discurso também demonstra que o governo, por enquanto, perdeu as condições de votar o tema, que foi para o banho-maria. A conversa nos bastidores é que se entrar na pauta, o texto não será mais o original, sendo apresentada um versão de minirreforma.

“Acredito que a reforma da Previdência subiu no telhado e não será votada nessa legislatura”, afirmou o deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA). “O governo não tem força política para garantir a aprovação, pois antes se movia para promover reformas, agora se move única e exclusivamente para se manter no poder. Os argumentos do governo, mais cedo ou mais tarde, vão acabar”, completou.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, disse que a reforma vai entrar na pauta ainda em agosto e com o texto original. Mas outros deputados da base já admitem que, se a Procuradoria apresentar outras denúncias contra Temer – o que deve acontecer antes da saída de Rodrigo Janot, em setembro – não haverá chances de o texto ser aprovado ainda em 2017.

Delatores e a criação de um fundo público de campanha

JBS: DELAÇÃO DE CORRUPÇÃO ROTULA CACIQUES POLÍTICOS DE MS

Em Mato Grosso do Sul, muitos políticos foram denunciados pela Lava Jato e também delatados pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, um esquema que envolvia a emissão

de notas fiscais frias que simulavam a venda de gado para esconder o pagamento de propina a políticos do Estado. Os delatores disseram ao Ministério Público Federal que deram dinheiro

em doações oficiais para as campanhas eleitorais de Reinaldo Azambuja (PSDB) e Delcídio do Amaral, quando disputaram o segundo turno das eleições para o governo do Estado.

Neste contexto, caciques políticos investigados, ou delatados esperam a reforma política para decidirem por uma candidatura ao governo ou ao senado federal.



Irmãos Batista denunciaram suposto esquema de propina em MS

Zeca do PT

Um dos capítulos da delação de Wesley se refere unicamente a Mato Grosso do Sul. No depoimento, prestado em 4 de maio de 2017 aos membros da Procuradoria-Geral da República Fernando Antonio Oliveira e Sergio Bruno Fernandes, Wesley revelou que funcionaria no Estado um esquema de pagamento de propina em troca de redução da alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).



do por Joesley na época do governo Zeca, que cobrava 20% do valor do benefício de redução do ICMS, tendo como contrapartida o pagamento de propina, citou ainda que em 2010, enquanto candidato a deputado, Zeca teria pego R\$ 3 milhões de Joesley para campanha, sendo R\$ 1 milhão em doação oficial e R\$ 2 milhões em espécie, no escritório da empresa em São Paulo.

O sistema de distribuição de propinas funcionaria desde o governo de Zeca do PT, passando pela gestão de André Puccinelli (PMDB) e mais ativo ainda na administração de Reinaldo.

Wesley revela na delação que o esquema era opera-

André Puccinelli

De acordo com a delação premiada de Wesley Batista, um dos donos da JBS, feita à PGR (Procuradoria-Geral da República) e homologada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), Puccinelli, teria recebido R\$ 30 milhões, e levado mais R\$ 60 milhões via 'doleiro' pelo operador Ivanildo da Cunha Miranda.



O outro lado

Todos os delatados pelos irmãos Batistas negam as acusações e afirmam que o fato se trata de vingança da JBS, que estaria incomodada com o aumento da carga tributária e atuação rigorosa do fisco estadual.

Na Justiça

As denúncias passam por análise junto com a Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal). Aos poucos, irregularidades apontadas são encaminhadas para providências no MPF (Ministério Público Federal) e MPE (Ministério Público Estadual), por meio de investigações em inquéritos.

As denúncias geraram revolta na população sul-mato-grossense, que instaurou quatro pedidos de impeachment contra Reinaldo Azambuja. Todos tramitando na Assembleia Legislativa.

Reinaldo Azambuja

Os delatores afirmam que o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) recebeu R\$ 38 milhões em propina e em troca teria garantido benefícios fiscais às empresas do grupo. O uso de notas frias seria o principal meio, segundo os empresários, do dinheiro ser "esquentado" no esquema.



Wesley Batista afirma que o secretário de Fazenda de MS, Márcio Monteiro teria emitido notas fiscais de gados que nunca teriam sido entregues

SINTSS/MS mantém pressão ao governo do Estado por avanços na negociação salarial

Reunidos no início na quarta-feira (19) em Assembleia, servidores públicos da saúde estadual, deliberaram por prosseguir com suas reivindicações por avanços na negociação salarial com o governo do Estado, o encontro aconteceu no pátio do Hospital Regional de Campo Grande.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

No dia 3 de julho, o Poder Executivo apresentou a proposta de reajuste salarial linear de 2,94%, para todo o serviço público estadual, inseridos na folha do mês de setembro para pagamento no mês de outubro.

Sobre o resultado da Assembleia, Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS (Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social do MS) afirmou: “a base manifestou que o percentual de 2,94% do governo é muito pouco e que é preciso avançar. Foi encaminhado que é necessário criar alternativas nesta negociação salarial, como aumentar o valor da produtividade SUS, além de acelerar a entrega da minuta do Plano de Cargos, Carreira e Salários da categoria para o mês de agosto”.

“Caso a proposta do governo do Estado seja ruim, vamos prosseguir com protestos e mobilizações junto à categoria, e já temos a data do dia



Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (67) 98124-0565 Foto: Da Assessoria

11 de agosto para nova Assembleia Geral”, pontuou Bueno.

Segundo Alexandre Júnior Costa, Secretário de Finanças do SINTSS/MS, alega que os trabalhadores estão sofrendo um grande ataque ao seu poder de compra, “basta

olharmos o que aconteceu com a gente com a Reforma Trabalhista que deve trazer impactos ao setor público, além da reforma da Previdência e aqui no Estado temos essa proposta de 2,94% de reajuste salarial, precisamos de dinheiro no bolso do servidor, se não

a perda será grande”, disse.

Em busca de uma solução para o impasse, a direção do sindicato vai apresentar ao governo do estado, as propostas aprovadas em sua assembleia geral estadual, de aumento da produtividade SUS, ale-

gando que o governo tem o dever de gastar 12% de seu orçamento em saúde e que atualmente, pouquíssimo estaria sendo gasto com folha de pagamento, além de buscar celeridade no processo do PCCS, que foi acordado com o Poder Executivo nas negociações do ano passado, para ser concluído até o mês de maio de 2017, data-base da categoria.

Fazem parte da base do SINTSS/MS aproximadamente 3 mil servidores, lotados no HEMOSUL, Hospital Regional de Campo Grande, a Secretaria Estadual de Saúde, a Escola Técnica do SUS, o LACEN, entre outras unidades de saúde, do interior e da Capital.

Sindetran-MS acredita que mais agentes nas ruas podem diminuir a violência no trânsito

A Agência Municipal de Trânsito de Campo Grande (Agetran) divulgou que a Capital registrou 86 mortos no trânsito em 2016. Esse número foi divulgado no dia 25, no Dia do Motorista, junto a ações educativas do órgão. Esse quadro de violência pode ser revertido com ações de ordenamento viário usando agentes de trânsito, segundo o presidente do Sindicato

dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), Octacílio Sakai Junior.

Segundo o art. 22 do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), que estabelece as competências dos Detrans, o órgão tem o dever de executar a fiscalização de trânsito. Atividade que atualmente é executada pela Polícia Militar de MS mediante convênio com o DETRAN-MS. “Não

entendemos o porquê não estamos dando nossa contribuição para a sociedade, executando essa atribuição nata, prevista no CTB e no PCCR (Plano de Cargos Carreira e Remuneração), ao servidor de carreira do Detran/MS. Isso acaba sobrecarregando o efetivo da PM e Agetrans. O Detran-MS tem toda a infraestrutura, fardamento, viaturas e outros. O custo para o Estado

é mínimo, enquanto o retorno pra população é máximo: em segurança e saúde”, questiona Octacílio Sakai.

Segundo Sakai, ao final de 2016, o Detran-MS formou mais de 40 Agentes de Trânsito, que fazem parte do quadro permanente de servidores do órgão. Esses agentes estão qualificados para atuarem nas ruas de Campo Grande, e do

interior do Estado, porém não foram designados para tal função, sobrecarregando a Polícia Militar do Estado, que deve se desdobrar para atender as ocorrências policiais criminais e os atendimentos de trânsito. Neste ano, o Sindetran-MS já fez três pedidos para a atuação desses agentes.

Os dados divulgados pela Agetran também revelaram que 12,4% das infra-

ções são por consumo de álcool, atrás do abuso de velocidade (26,8%) e de motoristas sem Carteira Nacional de Habilitação (19,5%). Todas infrações que podem ser fiscalizadas e coibidas com o aumento de agentes nas ruas. “Nosso sonho é ver Detran-MS, Bptran, Agetrans realmente atuando conjuntamente na defesa pela vida, educação e segurança no trânsito”, enfatiza Sakai.

Professores aceitam proposta do governo e greve termina na Rede Estadual de Ensino

II A greve dos professores da Rede Estadual de ensino está encerrada. A decisão foi tomada pelos delegados dos 74 Simted's (Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação), que aceitaram, em assembleia geral da Fetems na quarta-feira (26/07), a proposta do governo do Estado para cumprimento do Piso 20h.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A ACP já havia tirado essa posição após a votação dos professores em assembleia geral realizada no dia 25, na sede do sindicato. Durante a assembleia da Fetems, o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre, explicou aos colegas de todo Estado, os motivos que levaram os professores de Campo Grande a tomar essa decisão.

“É importante ressaltar que essa proposta não é só do governo; ela é fruto da construção através do diálogo entre a Federação e o governo. Vale lembrar que a proposta do Executivo desde janeiro era reajuste zero. Nós temos vários ingredientes nacionais e locais para continuar essa greve. No entanto, neste momento, nós estamos discutindo o Piso 20h do professor.



Após a avaliação da proposta, professores votaram pela aceitação da repactuação da Lei

Essa é a nossa responsabilidade: debater a nossa carreira, nosso piso, nossa valorização. Na ACP, nós analisamos todas as perspectivas e, mesmo tendo a Rede Municipal com um piso cerca de 10% a mais do que o Estado, nós lembramos nossa experiência em 2015, quando fizemos a maior greve da história da REME, sem êxito. É fundamental valorizar a luta e não ser imediatis-

ta, afinal, buscamos uma política de valorização profissional. Nós, educadores, não podemos entrar no senso comum, é necessário compreender a conjuntura de 2017 e agir com prudência, sob pena de termos ainda mais prejuízos”, ponderou Lucílio Nobre.

Após a avaliação da proposta feita pelos representantes de três sindicatos favoráveis e três

contrários, os professores votaram pela aceitação da repactuação da Lei nº 200/2015. Esse acordo se transformará agora em um novo projeto de lei que será encaminhado para a Assembleia Legislativa. Com o fim da greve, os professores voltaram às atividades nas escolas estaduais na quinta-feira (27) e os dias paralisados serão repostos, respeitando o calendário escolar.

ACP lança campanha em defesa do Piso 20h

II Aprovada em 2008, a Lei Federal 11.708/2008 é considerada a principal conquista dos profissionais da educação pública brasileira, uma vez que instituiu o PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério e ampliou a possibilidade de valorização da carreira. Para defender esse direito conquistado com muita luta, a ACP lança a campanha “Eu valorizo os Professores – Nossa luta é o Piso 20h”. O movimento marca o dia 04 de agosto, que é lembrado desde 2015, quando professores da REME foram agredidos na Câmara Municipal de Campo Grande, durante protesto em defesa da Lei do Piso 20h.

“Nossa luta é constante e somos incansáveis na defesa da nossa valorização. Nesse momento, em que a retirada de direitos às vezes abala nossa confiança, lançamos essa campanha para fortalecer a categoria e conscientizar a sociedade de que valorizar o professor é valorizar a educação”, explica o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.

Desde a criação da Lei

Federal, a ACP defende a implantação do piso para uma jornada de 20h de trabalho aos profissionais da educação pública de Campo Grande e Mato Grosso do Sul. O pioneirismo e a força de mobilização da ACP alcançaram vitórias inéditas e históricas para os educadores de Campo Grande. Em 2012, os professores da REME (Rede Municipal de Ensino) conquistaram a primeira Lei do Piso 20h do País. Em 2014, foi a vez do magistério da Rede Estadual de MS ter o Piso 20h garantido em lei.

“Os trabalhadores precisam compreender que o momento atual pede união, consciência política e força para resistir. Não podemos ficar parados seja por comodismo, seja por desânimo. A nossa luta nunca para, se avançamos, foi porque lutamos; se nos queremos fazer retroceder, só a luta coletiva e organizada nos torna fortes para enfrentar a exploração e o aviltamento de direitos que nos asseguram o mínimo de condições sociais, de trabalho e dignidade”, conclui a vice-presidente da ACP, professora Zélia Aguiar.

Policiais Civis dão prazo para governo do Estado cumprir lei que reajusta salários da categoria

Os policiais civis suspenderam temporariamente o acampamento montado em frente à Governadoria. A decisão foi deliberada em assembleia pela categoria no sábado (15).

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Novo acampamento deve ser montado em 30 dias, caso não haja o cumprimento da negociação, por parte do governo. Para isso, 400 policiais já estão inscritos para fazer o revezamento no local.

Os servidores acamparam em frente à Governadoria, em protesto contra o reajuste Zero, anunciado pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) no



Policiais suspenderam o acampamento montado em frente à Governadoria, caso não haja o cumprimento da negociação em 30 dias, novo acampamento será montado

início mês de março.

Segundo a direção do Sindicato dos Policiais Civis - Sinpol/MS, cerca

de 1,5 mil policiais estiveram presentes no acampamento da categoria que durou mais de 40 dias.

A manifestação fez o governo acordar com a classe o cumprimento da correção salarial prevista na lei 4.890, e dentro de

30 dias encaminhar o projeto de lei que altera a promoção funcional dos policiais. A proposta envolve promoção

realizada por critério de análise do policial, como qualificações profissionais, cursos ou tempo de serviço.

DP de Caarapó começa processo para que a Agepen assumira a custódia de presos

A Delegacia de Caarapó já está em período de transição para que a Agepen assumira a custódia de presos. Tal medida atende ao pleito do Sinpol-MS pelo fim dessa prática em delegacias. "A luta é histórica e desde o início de nossa gestão estamos cobrando incessantemente a

resolução desta questão. Temos a perspectiva que em alguns meses, a Agepen assumira outras unidades", declarou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda. Durante a transição, a partir de 1º de agosto, a delegacia adotará o seguinte horário de atendimento à população:

- De segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, na nova delegacia localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 40, ao lado do CEMA (entrada pela rua lateral). No período noturno o atendimento será na antiga unidade.
- Finais de semana e feriados - na antiga delegacia, localizada à Rua Duque de Caxias, nº 1.717, Vila Planalto.



Delegacia de Polícia Civil de Caarapó

Fetems: Em Assembleia, categoria aceita proposta salarial do governo do Estado

Os professores e professoras da Rede Estadual de Ensino Público aceitaram a proposta salarial apresentada pelo governo do Estado. A decisão ocorreu após deliberação das bases em cada um dos 74 SIMTEDS que compõem a FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul). O debate final aconteceu em Assembleia Geral na tarde de quarta-feira (26), na sede da Federação, em Campo Grande.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A reunião contou com a presença de aproximadamente 400 participantes, entre delegados(as) representantes dos 74 SIMTEDS (Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação) que compõem a Federação, vice-presidentes das 14 regionais, e delegados de base da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Para o professor Paulo Antonio dos Santos, presidente do SIMTED de Bataguassu, a atual situação de crise econômica no País e um cenário de arrocho salarial não deixam muita margem para negociar com os governos. “Vive-



A reunião contou com a presença de aproximadamente 400 participantes

mos em um momento de retirada de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras de todas as categorias, aliado a uma enorme recessão econômica. Precisamos garantir a nossa legislação que integraliza o Piso por 20 horas e para isso é necessário neste momento adotar uma estratégia que garanta essa conquista”, avaliou

“Essa não é a proposta que queríamos, votei contra porque acredito que era possível avançar mais se fizessemos uma greve geral, mas se a maioria decidiu em não escolher pela greve cabe agora lutar por valorização dos administrativos, continuamos debatendo e mantemos um estado de alerta caso o governo queira retirar mais direitos dos(as) trabalhadores(as) em educação”, disse Lidinalva de Melo Ferreira, agente de lim-

peza da Escola Estadual João Dantas Filgueiras, do município de Três Lagoas.

“Seria melhor o cumprimento da legislação como foi aprovada em 2015, porém diante do quadro que foi debatido com a categoria, os trabalhadores e trabalhadoras em educação entenderam que é melhor manter essa política de promoção de um ganho real nos últimos anos, apostando no cumprimento integral das etapas que estão sendo negociadas, e mantendo a integralização do piso até 2020, por 20 horas em Mato Grosso do Sul. Uma política que nos levou a um dos melhores salários do Brasil”, pontuou o professor Jaime Teixeira, presidente da FETEMS.

Ele destacou que agora é o momento de inten-

sificar as tratativas em relação aos(as) funcionários(as) administrativos em educação. Já foi estabelecido com o governo, a criação de uma Comissão de Negociação, específica para os(as) administrativos(as), em busca da implantação de uma política de valorização da categoria.” Entendemos que há um déficit com os nossos trabalhadores e trabalhadoras administrativos em educação. Esse é um debate que será prioritário com o Governo”, disse o presidente da FETEMS.

A proposta do Governo

- Garante o índice de equivalência de 78,16% para integralizar o piso por 20 horas, no mês de dezembro de 2017, aplicando o percentual de 7,64% na tabela de dezembro de 2016, dividido em duas parcelas, sendo a primeira de 2,94% em setembro, e 4,7% no mês de dezembro;
- Integralizar no mês de outubro de 2018 o índice do piso nacional a ser anunciado em 2018, garantindo em outubro de 2018 o índice de equivalência de 78,16%. O reajuste terá como base a tabela de dezembro de 2017, no entanto, havendo concessão de revisão geral aos demais servidores públicos o índice será aplicado, no mesmo período também aos professores, sendo este valor deduzido do índice do Piso Nacional quando da integralização em outubro de 2018;
- Garante o índice de equivalência de 82,53% no mês de dezembro de 2018;
- Definir o mês de maio como data base;
- Mantém a convocação da mesma forma que no primeiro semestre;
- Não haverá alteração no Estatuto dos profissionais em Educação.

O governo irá encaminhar um Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa com a íntegra do acordo para que haja a repactuação da Lei Complementar nº 200.



Comunicado do Fórum dos Servidores Públicos acerca do reajuste salarial

O Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, mediante a proposta de reajuste de 2,94%, ao funcionalismo estadual, vem a público expor e fazer as seguintes considerações:

O discurso da transparência e da valorização do serviço público mostrou-se apenas falsas promessas de campanha.

Em 2015 e 2016 o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) não concedeu a Revisão Geral Anual aos servidores públicos do Estado.

Fato que configurou na prática “Reajuste Zero”, posicionamento que vai de encontro com o artigo 37 da Constituição Federal, inciso X, deixando assim a categoria sem reposição inflacionária neste período.

Em maio de 2017, novamente o Governo anunciou “Reajuste Zero”, diante da negativa em reunião e após grande mobilização dos Servidores Públicos, como por exemplo, manifestações na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e acampamento dos Policiais Civis em frente à Governadoria, o Governo do Estado reabriu um diálogo com as lideranças sindicais com o objetivo de avançar nas tratativas de percentagem de reajuste salarial. Por fim, o Governo anunciou um frustrante percentual de 2,94% a ser aplicado a

partir da folha de pagamento do mês de setembro.

Após diversas assembleias realizadas com as categorias, apesar de entenderem que o percentual apresentado está muito aquém das expectativas, em respeito à população sul-mato-grossense, os servidores públicos optaram por não realizarem a greve geral, desde que o índice anunciado seja extensivo a todas as categorias sem diferenciação e também que o Governo atenda de forma efetiva as demandas específicas em negociação.

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos destacam ainda a dificuldade no avanço devido à má gestão na administração dos recursos públicos, acompanhada de reiteradas denúncias de corrupção que envergonham o nosso Estado.

Ressaltamos ainda que o atual Governo Estadual foi o que mais recebeu verbas extras-orçamentárias a exemplo do R\$ 1,4 bi dos depósitos judiciais. Dessa forma, fica claro que a sociedade sul-mato-grossense é a mais prejudicada por atos de um Governo de probidade questionável.

Portanto, a fim de se evitar que este cenário se perpetue convidamos a sociedade civil organizada para criação e composição do Fórum contra a corrupção.

